

Deputados(as) e governo “ligam o trator” para aprovar militarização de escolas públicas

Durante a votação, na tarde desta segunda (21), deputados(as) da base do governo atacaram Educadores(as), acusando os(as) profissionais de piorar a qualidade da educação

Novamente ignorando a opinião dos(as) profissionais da educação e entidades que lutam por uma educação pública de qualidade, a maioria dos deputados da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou nesta segunda-feira (21) o regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 543/2020, o qual visa militarizar escolas no Paraná.

Com 45 votos favoráveis e seis contrários no primeiro turno, o projeto volta para a plenária nesta quarta-feira (23) onde será votado o projeto em segundo turno. Segundo a medida, o Executivo pretende autorizar o funcionamento de até 200 colégios.

A APP-Sindicato, que é contrária a medida, aponta que Ratinho Jr e deputados(as) alinhados ao governo estão ligando o trator, desprezando o debate com a categoria, ou entidades ligadas à educação pública. “O governo se aproveita da pandemia, um período de isolamento social para avançar em um projeto autoritário que nos preocupa do ponto de vista da defesa da democracia, da valorização adequada para as escolas”, enfatiza o presidente da APP-Sindicato, Professor Hermes Leão.

O presidente do sindicato repudia a medida, enfatizando que a escola pública precisa e investimentos e não de um ambiente opressivo, o qual o diálogo é silenciado. “Não precisamos de militares inativos para dirigir escolas. Precisamos de valorização, respeito e investimentos para que as dificuldades possam ser superadas pela própria gestão democrática de cada escola”.

O projeto prevê, que as instituições e ensino selecionadas funcionarão em regime de cooperação, por meio de termo de cooperação técnica, entre a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná. Na prática, a proposta autoriza o uso de recursos da educação para o modelo de militarização de escolas

Foto: divulgação



ALEP LIGA TRATORAÇO PARA APROVAR PROJETO DE ESCOLAS MILITARES E ALTERAR ELEIÇÃO DE DIRETORES.



A APP-Sindicato, que é contrária a medida, aponta que Ratinho Jr e deputados(as) alinhados ao governo estão ligando o trator.

“Não precisamos de militares inativos para dirigir escolas. Precisamos de valorização, respeito e investimentos para que as dificuldades possam ser superadas pela própria gestão democrática de cada escola”, aponta o presidente da APP-Sindicato, Professor Hermes Leão.

públicas, criando poucas escolas de excelência na rede estadual.

“O governo vai acabar retirando ainda mais recursos da própria categoria. Vão tirar dinheiro do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) por exemplo, para esse tipo de escola e nós não podemos aceitar o trabalho do governo com orçamento dessa forma. É preciso que haja um correto investimento de recursos financeiros nos conjuntos das escolas”, completa Hermes Leão.

A APP-Sindicato reafirma que repudia a proposta e continuará lutando contra esta medida, que ataca diretamente a democracia e a pluralidade de ideias nas escolas públicas paranaenses. A direção do sindicato convoca a categoria para entrar em contato com os deputados estaduais e participar, nas redes sociais, da sessão de quarta-feira, da Assembleia Legislativa, a partir das 14h. No site da APP-Sindicato, você encontra o contato do gabinete dos(as) deputados(as) estaduais.

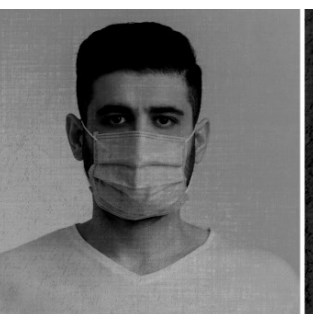
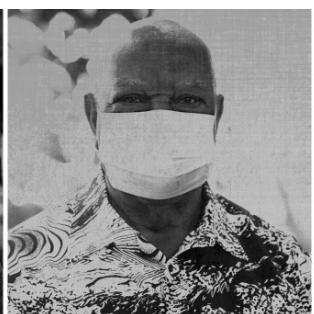
Decreto de teletrabalho de Ratinho desconfigura trabalho e ameaça retirar direitos servidores(as)

Na última segunda-feira (14) o governo do Estado do Paraná publicou um decreto sobre um projeto piloto de Teletrabalho (home-office) para servidores(as). O decreto 5679/20 não será aplicado durante a pandemia e só será implementado após a suspensão das ações contra a contenção da Covid-16 (Coronavírus), sendo que nenhum(a) servidor(a) é obrigado a aderir o modelo. De acordo com o Fórum Estadual dos(as) Servidores(as) Públicos do Paraná (FES), a medida traz ainda um ataque a direitos trabalhistas.

Segundo o Fórum, só participarão do projeto servidores(as) que se enquadram no regime e aceitem a proposta, que está sendo desenvolvida pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP), a qual deverá decidir quais setores podem aderir ao modelo. O decreto aponta ainda os(as) trabalhadores(as) que aceitem a proposta deverão arcar com todas as despesas com materiais de trabalho, assim como computador, luz, internet e outros, além de ser baseado na política de resultados, estabelecendo metas e punições caso estas não sejam cumpridas. Já em relação aos direitos, o decreto estabelece que adicional noturno, Vale Alimentação, Refeição ou transporte além de gratificação de local de trabalho e insalubridade serão retirados.

Marlei Fernandes, Professora e coordenadora do FES destaca que a medida não tem como ser aplicada na educação pública e que o projeto de Ratinho Jr acentua ainda mais a precarização do trabalho remoto. “O Estado se desobriga de fornecer equipamentos para esse teletrabalho, retira os direitos daquele(a) servidor(a) que opta pelo modelo. No mais são metas, meritocracia e caso seja o(a) trabalhador(a) punido por algum motivo, deverá retornar para seu ambiente de trabalho e sujeito a um processo administrativo”, completa a coordenadora.

O FES esclarece que está estudando o tema e que continuará alerta, pois a proposta é uma desconfiguração do trabalho do servidor(a) público e, mais uma vez, sem a participação dos(as) servidores(as) no processo de regulamentação, como também propõe uma economia pro Estado e uma pressão gigantesca para que os(as) profissionais aceitem o teletrabalho.



SE O GOVERNO CONVOCAR, A GENTE PARA!

GREVE EM DEFESA DA VIDA E CONTRA O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NA PANDEMIA.